

POLÍTICA EDUCACIONAL RURAL - Exigências e postulações

*Sérgio Celani Leite**

A ausência de planificação educacional para as escolas rurais, a despeito de algumas iniciativas públicas e privadas em décadas anteriores, não possibilitou um processo que fortalecesse e garantisse o desenvolvimento sócio-cultural das populações camponesas.

Excetuando o Ruralismo Pedagógico da década de 30, que pretendia uma educação rural desconexada da realidade, e as poucas manifestações do Ministério da Educação nos anos 40/50 sobre a escolaridade rural, as primeiras intenções e/ou propostas para uma política educacional direcionada aos centros não-urbanos, somente aconteceram a partir dos Planos Setoriais de Educação na década 70/80.

Com base nas questões econômicas internas, o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) têm, na educação como um todo, apenas um referencial para análise do sub-desenvolvimento em que se encontrava o país. Dada a ênfase urbano-industrial do ideário da época, a educação rural é incorporada aos programas de desenvolvimento global (assim como a educação urbana), não se levando em consideração, desse modo, suas necessidades e realidades próprias. Educação, nesse momento, significa condições para aceleração da produção e cristalização do modelo liberal-capitalista.

A criação e instalação de vários programas/projetos estatais dessa época evidenciam esta tendência:

- a) No nordeste = Povoamento do Maranhão, Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe, Grupo de Imigração do São Francisco, CEPLAC, GERAM e o Projeto Sertanejo;
- b) No sul do país = SUDESUL e outros projetos semelhantes;
- c) Em todo território nacional = mecanismos de colonização e reforma agrária como o SUPRA, o IBRA e o INDA.

No desenvolver das atividades desses programas/projetos, foram

* Professor da FAFI de Patos de Minas.

mediatizadas ações que permitiram a implantação de outros programas especiais como o PIPMOA (Programa Intensivo de preparação de mão-de-obra agrícola) e o SENAR (Serviço Nacional de formação profissional rural) e como forma de participação integrativa cidade/campo foi desenvolvido o Projeto Rondon, amplamente e realizado por estudantes secundaristas e universitários de todo Brasil.

Contando com recursos financeiros internacionais, o grande projeto educacional rural acontecido no país foi, sem dúvida, o da Extensão Rural, implantado e organizado pela ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) também conhecida em Minas Gerais pelo nome ACAR/EMATER.

Através da Extensão Rural - formação de grupos produtivos e associações rurais, crédito e assistência técnica agrícola - o campesinato brasileiro modificou largamente sua composição sócio-cultural. Baseada nas teorias de Talcott-Parsons (que justificam o neo-colonialismo contemporâneo) e utilizando-se de um processo educacional informal, a Extensão Rural tinha como objetivo a inserção do produtor rural brasileiro nas projeções capitalistas internacionais, mediante a utilização e aquisição de técnicas, maquinaria e produtos químicos destinado à agropecuária.

Todos esses projetos acima citados, apresentavam modelos educacionais e de organização sócio-produtiva, de modo a propiciar um tipo de escolaridade informal cujos princípios perpetuavam a visão tradicional colonialista exploratória, só que, doravante, com uma rotulação liberal: desenvolvimento agrário.

A maioria desses projetos tinha como pano de fundo situações variadas, que podem ser analisadas sob diferentes pontos de vista:

Político - a Extensão e outros projetos de colonização e reforma agrária baseavam-se num suposto aparecimento e desenvolvimento de grupos revolucionários, de orientação esquerdista, a exemplo de Cuba e de outros grupos existentes na América Latina;

Social - contenção dos movimentos migratórios internos como medida preventiva à problemática social surgida nos grandes centros urbanos provocada

pelo êxodo rural, além de controle das manifestações reivindicatórias surgidas nas áreas rurais mais populosas;

Cultural - controle ideológico das massas camponesas, como grupo de resistência à cultura urbana e às modificações exigidas pelo planejamento econômico liberal-desenvolvimentista;

Econômico - a sustentação do processo industrial urbano e vinculação da economia nacional (incluindo a produção rural) aos grupos empresariais multinacionais;

Das relações Internacionais - a dependência diplomática e econômica dos países periféricos (subdesenvolvidos) alinhados verticalmente a nações metrópoles (desenvolvidas).

Nosso objetivo, neste momento, é demonstrar o completo desamparo da Escola Rural em termos de uma política e planificação educacional específica. Para tanto, evidenciamos a ascensão do modelo educacional informal patrocinado por empresas e interesses capitalistas internacionais, em detrimento dos verdadeiros objetivos e necessidades da sociedade e do processo escolar rural.

O descaso governamental - comprometido com os grupos econômicos internacionais, e, dissimulado quanto à incorporação da escolarização rural à urbana - favoreceu o desenvolvimento da ideologia comunitária no campo, sem contudo considerar a estrutura sócio-cultural já existente, bem como sua organização no contexto urbano.

Não que sejamos contra o desenvolvimento das atividades e da vida agrícola, porém o questionamento se faz quanto à metodologia aplicada até então, seus objetivos e resultados.

Constatamos que, embora o campo tenha ampliado e melhorado seu nível de vida material, as condições de dependência política e ideológica foram reforçadas, e a vivência democrática e cidadã dos rurícolas ficou mais uma vez submetida à vontade dos grupos dominantes.

Fixando-nos nas propostas didático-pedagógicas sobre a educação rural, verificamos que poucas alterações ocorreram na década 70/80 nos Planos

Setoriais de Educação e Cultura, os quais propunham enfaticamente, a expansão do ensino fundamental no campo, melhoria de nível de ensino/aprendizagem e tentativas de redução da evasão e repetência escolar. Percebe-se, por aí, algo tão velho, num discurso que também não apresentou nada de novo.

O III PSEC recomendava especialmente a valorização da Escola Rural, o trabalho do homem do campo em si, a ampliação das oportunidades de renda e das manifestações culturais dos rurícolas, além da extensão dos benefícios de previdência social ao campo e ensino ministrado de acordo com a realidade campesina. Recomendava também, um mesmo calendário escolar para toda a escola rural, tendo por base o calendário da rede escolar urbana e, entendia a Unidade Escolar Rural como agência de mudanças e transformações no campo.

Em momento algum o plano considerou a formação urbana dos professores do ensino rural - estabelecendo desde então um paradoxo dentro do processo - demonstrando total desinteresse pelas atividades campesinas e pelos padrões sócio-culturais e produtivos na zona rural, omitindo-se mais uma vez a resolução dos problemas básicos que afligem a escolaridade dos rurícolas.

Também não foi motivo de preocupação para o referido plano, a presença do professor leigo, das salas multisseriadas, da inadequação do material didáticos e das instalações físicas precárias - situações tidas como problemáticas no ensino rural - bem como a sazonalidade do sistema plantio/colheita e sua estreita ligação com o fenômeno da evasão e repetência no campo.

As situações mais discrepantes quanto à escolarização rural, na década de 60/70, foram constatadas no Nordeste brasileiro, Norte e Nordeste de Minas Gerais, algumas áreas do Centro-Oeste brasileiro e no interior do sertão do Estado da Bahia.

A questão educacional nordestina - dadas suas proporções calamitosas - provocou o aparecimento e instalação do EDURURAL, programa de apoio ao ensino rural, sob a coordenação da Universidade Federal do Ceará e das Secretarias Estaduais de Educação regionais, abarcando 242 municípios a serem atendidos.

Com base num currículo diversificado e apropriado à realidade social e produtiva das microregiões onde se localizavam as unidades escolares atendidas pelo EDURURAL, esse tipo de projeto tentou viabilizar novos conceitos sobre educação no meio rural, valorizando o trabalho pedagógico de professores e alunos e da própria comunidade onde se localizava a unidade escolar.

Independente dos programas oficiais, o nordeste contou com projetos de Educação Popular, os quais tinham por objetivo não a escolaridade em si, mas a vivência democrática e participação do cidadão nos destinos de sua comunidade. Esses projetos, ou essa modalidade educacional não interessou a esfera governamental dada sua ênfase sócio-política, mas agradou amplamente os setores politicamente ativos de orientação marxista.

Adentrando a década de 80 verificamos alternativas governamentais no sentido de recuperação e promoção da escolaridade básica na zona rural e nas regiões urbanas com população de nível economicamente precário. Na realidade, a questão central estava no alto índice de analfabetismo da população brasileira, o que levou ao fortalecimento de um mecanismo educacional já conhecido desde os anos 70: o MOBREAL.

Esse projeto, paralelo ao ensino regular rural e mesmo ao ensino urbano não concretizou a escolaridade dos grupos humanos mais carentes - quase sempre advindos da zona rural - bem como não promoveu a cidadania pretendida em seus objetivos básicos.

Tendo por sustentação a trajetória da escola rural nos últimos decênios, constatamos que, ao longo do tempo, o processo educacional no campo vem padecendo franco declínio, num processo ineficaz, desarticulado e sem identidade própria. Ao mesmo tempo, sofre forte influência urbana que descaracteriza - quase totalmente - sua natureza própria de ensino vinculado à terra e a vida no campo.

Porém, novas perspectivas abrem-se neste final de século quanto ao significado da educação e ao significado da transmissão do conhecimento a todas as classes sociais e todos os tipos de sociedade. Ao mesmo tempo, por ocasião da elaboração da nova Lei de Ensino no Brasil, as discussões são retomadas, de modo a viabilizar estudos e perspectivas no que diz respeito ao processo escolar brasileiro, e até mesmo, o processo escolar destinado à sociedade rural.

Nesse sentido é que apresentamos seis pontos básicos, referentes à realidade campesina, para nós imprescindíveis dentro de uma política educacional para a escola rural:

- a) exercício da democracia e da cidadania;
- b) busca do saber técnico e valorização do saber rural, reconhecendo sobretudo, o valor social da escola e do saber rural;
- c) contextualização da produção e da vida rural no processo econômico presente;
- d) formação profissional rural e do trabalho cooperativo;
- e) vivência ecológica e valorização do “habitat” rural;
- f) intensificação da identidade cultural do rurícola.

Discorrer sobre a vivência democrática e a cidadania, neste momento, seria redundante, haja vista o processo em que se encontra a sociedade brasileira, na busca de nova identidade política, ética e moral, como substrato de uma interpretação maior e ampla do homem na história.

Quanto à busca do saber técnico, salientamos que o modelo científico não se basta, uma vez que a retomada dos conhecimentos sempre se faz necessária como forma de aprimoramento do próprio modelo e da sociedade como um todo.

Todavia, a recuperação e aprofundamento do saber rural é de fundamental importância, considerando que a vida campesina se orienta, continuamente, na transmissão dos conhecimentos vividos e apropriados ao longo das gerações. De certa forma, o saber rural constitui-se também como ciência, dada sua dinâmica e projeção próprias.

O saber, aqui, possui uma conotação de “valor social” que, vinculado ao trabalho, dá sustentação ao comportamento e à sobrevivência da sociedade rural. Nesse caso, saber e trabalho alinham-se num sentimento único de subsistência material e dos próprios valores rurais.

Como disse a professora Julieta Calazans, “o trabalho é um dos processos mais dinâmicos através do qual o conhecimento é difundido, proporcionando meios para que as crianças, através das experiências tradicionalmente comunicadas, recebam informações a respeito dos fenômenos da natureza, do cotidiano da vida social, etc... além das técnicas de trabalho propriamente dito”. (Calazans, 1981).

No que diz respeito à dimensão econômica, sabemos, hoje, que o capitalismo moderno atingiu a vida rural, tal como atingiu a vida urbana. E as prerrogativas do capital não se deixam abalar pelas parcas condições de vida no campo. Nota-se que a empresa familiar rural vem adaptando-se, dia-a-dia, às exigências mercadológicas e econômicas da sociedade capitalista, sofrendo ainda restrições de créditos, financiamentos e orientações específicas para aplicação de recursos. De qualquer forma, caberá também à escola rural, trabalhar o rurícola, no que diz respeito ao atual processo econômico, uma vez que esta adaptação ao sistema, como diz Wilkinson, “gera uma dimensão específica no processo de trabalho na unidade familiar, que não sendo diretamente subordinada ao controle do capital leva a família produtora a interiorizar a racionalidade capitalista sobre si mesma de forma a manter níveis crescentes de produtividade”. (SORJ, 1984).

Como vimos, o trabalho torna-se imperativo junto à produção, num ambiente onde os limites são bastante conhecidos. Nesse caso, a formação profissional, além de ampliar e abrir novo leque de opções para o trabalho, pode direcionar-se sob formas cooperativas, como processo de reconstrução da atividade produtora em si, e de novas significações sócio-políticas, principalmente no sentido de possibilitar uma consciência atual e diferenciada sobre o trabalho, a produção e a organização da empresa rural.

Como argumenta Arroyo: “os novos projetos de educação rural parecem supor que os empresários agrícolas modernos valorizarão mais a escolarização de sua força de trabalho do que a suporta burguesia agrária tradicional. Por outro lado, o homem do campo será obrigado a se adaptar a uma economia de sociedade aberta, moderna, de mercado, e passará a valorizar, por sua vez, a educação como um mecanismo básico de ascensão social e profissional”. (ARROYO, 1982).

Porém, o eixo entre trabalho e vida acontece via espaço físico e

geográfico, isto é, o meio natural onde ocorrem tanto manifestações de produção como culturais.

O que é a terra para o homem do campo? É o elemento primeiro, central, fluxo e refluxo das atividades campesinas. É o elemento vital de todos os comportamentos e ações no rurícola. Mas terra aqui, não significa e não é a propriedade em si, mas de maneira geral, significa e manifesta-se como o "habitat" do camponês.

Assim demonstra Anne Marie Spayer este "habitat": "a sociedade rural e a sociedade urbana podem ser caracterizadas por uma diferença ambiental: a primeira, por estar exposta ao contato direto com a natureza, a segunda por conhecer a natureza por meios artificiais e não estar a ela exposta de maneira inelutável. Essa diferença ambiental gera e condicional as atividades empreendidas em cada meio. No meio urbano, trabalha-se sobre as matérias que podem, em grande parte, ser controladas pelo homem de uma forma ou de outra. No meio rural, o homem conta com os elementos e forças que fogem absolutamente ao controle humano. Ele vive em relação íntima com a natureza e sabe até onde pode ir para melhorar ou controlar condições adversas ou favoráveis existentes". (SPAYER, 1983).

Essa relação homem/natureza provoca tipos comportamentais e mentalidades exclusivas, que vão muito além do controle de pragas, do trato do solo, do tempo e do vento, das variações climáticas e das estações, das chuvas e da seca.

Dela também emanam os motivos e significações, os mitos e justificações da maneira própria de ser, viver e interpretar desses homens, que fazem do trabalho na terra sua razão de luta e continuidade histórica.

Pensar a escola rural, é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão social e política. Daí se extrai o conteúdo formal e filosófico do planejamento e da política educacional para a escola rural. Extraem-se alternativas mínimas para a organização institucional, para a racionalização de recursos prováveis e, também, justificativas para a ação pedagógica entre os alunos do campo.

Como diz o prof. José Roberto Moreira: "a educação das crianças e

dos jovens das áreas rurais é fundamental para que possamos chegar, como povo integrado numa sociedade nacional, à compreensão da estrutura e dos aspectos operacionais da economia nacional e do lugar que a agricultura, a pecuária e a produção extrativa aí devem ocupar. Por isso, todo o programa de educação rural - da escola elementar aos demais níveis - deve procurar desenvolver na população do interior, a noção mais exata e operacional possível dos caminhos a serem palmilhados pela evolução econômica, política e social das áreas rurais dentro do contexto de relações de toda a nossa sociedade, de modo a que possam participar inteligentemente para o levantamento do nível de vida dessa sociedade, o que significará o próprio progresso e desenvolvimento do rurícula". (MOREIRA, 1984)

Dentro da concepção do Estado Moderno (capitalista-liberal), a educação é um direito do cidadão, cabendo a esse mesmo Estado a sua organização, planificação, financiamento e realização.

Ressaltando-se o indivíduo como fim em si mesmo, a escolaridade deve proporcionar a todos os padrões mínimos de conhecimento e operacionalização de técnicas que, adequadamente utilizadas, levarão ao aprimoramento do homem, da produção, da sociedade e da cultura.

Nesse sentido, a Escola (comum e gratuita) tem a função específica de transmitir conhecimentos já experimentados e vividos e, ao mesmo tempo, proporcionar desenvolvimento de novos conhecimentos, isto é, desenvolver o processo de pesquisa, de modo a incrementar a ciência e corroborar o desenvolvimento da sociedade. Sob esse prisma, a grande função da escola é a de Ensinar.

Ao nosso ver, a escola deve buscar, juntamente com a sociedade, seu destino e objetivos naturais, isto é, fazer valer, de fato e de direito, sua própria instância: Educação e Cultura. Em termos de escolarização rural isto significa extrair do campo os valores de sua educação, seus objetivos, metas e proposições curriculares.

Caberá à sociedade rural o questionamento dos princípios e fundamentos básicos do seu sistema educacional, bem como a elaboração de planos e metas operacionais a serem realizados pela escola, sempre no sentido de ter no cidadão e pelo cidadão rural seu ponto de partida e chegada.

Assim, de forma descentralizada, marcada pela presença das comunidades municipais, a escola rural delineará seu caminho, tendo por pano de fundo, o trabalho, o modo de vida e a cultura regional-local.

São proposições que, interligadas, dão suporte à apresentação de metas para uma política educacional rural. E delas salientamos:

- 1) Estabelecimento de objetivos educacionais compatíveis com o complexo sócio-econômico e cultural dos grupos rurais;
- 2) Realização de um sistema de aprendizagem eficaz, dinâmico, tendo em vista a qualificação de mão-de-obra rural;
- 3) Discussão de nova política de capacitação profissional dos docentes rurais, descentralização administrativa e pedagógica das unidades escolares do campo;
- 4) Organização curricular e planejamento das atividades escolares vinculadas às necessidades sócio-produtivas da comunidade e região, com base na sazonalidade do sistema plantio/colheita;
- 5) Discussão sobre novas possibilidades de financiamento do processo escolar e estabelecimento de convênio com entidades disponíveis a parceria com grupos produtivos rurais, grupos de pesquisa técnica e de orientação educacional rural.

As sugestões apresentadas como subsídios à política de educação rural, fundamentam-se em proposições científicas e em estudos pedagógicos avançados, sem, contudo, estabelecerem-se como situações concluídas e fechadas sobre o assunto. A importância maior, neste aqui-agora pedagógico é o debate, a investigação e a interpretação epistemológica do processo escolar, de modo a permitir, através dele, a concretização da vida em sociedade.

Com base nas questões de trabalho no campo, produção, direito e deveres, cultura e vivência ecológica, temos a Educação Rural como referencial para estudos avançados sobre a escolaridade no interior dos micro-organismos sociais brasileiros, para aprofundamento técnico e filosófico sobre o conhecimento e o saber do rurícola, como fonte de convivência e organização política dos grupos camponeses.

Portanto, não temos uma sistematização ou idéia fechada sobre a escola e a escolaridade rurais, mas sim, interpretações, buscas, referências e propostas, que, acreditamos, devem contribuir para uma eficácia maior da educação em nosso meio.

Temos sim, uma conclusão sobre a escola rural: ela é fundamental para o homem do campo. Ela possui valor social inesgotável, constitui e manifesta-se como oficina de conhecimentos que refletem técnicas, modelos científicos, o saber comum e o imaginário dos camponeses. A escola rural reflete o rúrcula e a vida no campo. Sobre o significado desse saber extraído da "roça" é que temos de trabalhar a formulação de estratégias, de políticas, de educação, voltadas imperativamente para a escola dos construtores do mundo rural.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil*. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 1991.
- ARROYO, Miguel G. Escola, Cidadania e Participação no Campo. *Em Aberto*. Brasília, INEP, 1(19), set. 1982.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio Rural (Traços de uma trajetória) In: THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, Maria Nobre (coord). *Educação e escola no campo*. Campinas, Editora Papyrus, 1993.
- FONSECA, Maria Tereza Lousa. *A extensão rural no Brasil - um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1985.
- GADOTTI, Moacir. *Poder local e educação*. São Paulo, Cortez, 1992.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural*. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1983.
- MARTINS, José de Souza. A valorização da Escola e do Trabalho no meio rural. *Em Aberto*. Brasília, INEP, 1(9), set, 1983.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas Públicas de Educação. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, 5(13), 1991.

MOREIRA, J. Roberto. Educação rural e educação de base. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília 65(149):100-32, jan/abril, 1984.

QUEDA, Oriowaldo. Extensão rural: pra que e para quem serve? *Cadernos da ANPED*. Rio de Janeiro, 1(17-22), janeiro 1982.

ROMÃO, José Eustáquio. *Poder local e educação*. São Paulo, Editora Cortez, 1992.

SORJ, Bernard & WILKINSON, John. *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

SPAYER, Anne Marie. *Educação e campesinato - Uma educação para o homem do meio rural*. São Paulo, Loyola, 1983.